

Surdez e educação superior: contribuições das novas tecnologias para o bilinguismo nas universidades

Patrícia Aparecida Diniz Gomides
Erliandro Félix Silva
William Velozo Francioni
Valquíria Ferreira Ribeiro
Tales Douglas Moreira Nogueira

Resumo

Este artigo enfoca a inclusão da comunidade surda no Ensino Superior a partir da utilização de recursos tecnológicos. O povo surdo pode ser considerado como ‘excluídos do interior’, tendo em vista a histórica dominação e subordinação. Questionamos: podemos construir universidades bilíngues a partir da articulação entre a educação de surdos e as tecnologias? Realizamos uma investigação de cunho qualitativo, pautada em bibliografias que apresentam a surdez sob o ponto de vista cultural (Strobel, 2009; Stumpf, 2010; Alves; Gomes, 2020). Abordamos as noções: excluídos do interior (Bourdieu; Champagne, 2001), universidade do século XXI e ecologia de saberes (Souza Santos, 2011), dialogando com os efeitos da massificação do ensino superior, travestida de democratização. A resposta à nossa questão de pesquisa é positiva. Contudo, as universidades bilíngues apenas são construídas a partir do esforço coletivo pela utilização das tecnologias a partir da bandeira da inclusão, sob o ponto de vista multicultural.

Palavras-chave

Educação de surdos; Universidades Bilíngues; Educação e Tecnologia; Excluídos do interior; Pluralidade linguística.

Recebido em: 26/09/2023
Aprovado em: 29/12/2023

Deafness and higher education: contributions of new technologies to bilingualism in universities

Abstract

This article focuses on the inclusion of the deaf community in Higher Education through the use of technological resources. Deaf people can be considered as excluded from the interior, given their historical domination and subordination. We question: can we build bilingual universities based on the articulation between deaf education and technologies? We carried out a qualitative investigation, based on bibliographies that present deafness from a cultural point of view (Strobel, 2009; Stumpf, 2010; Alves; Gomes, 2020). We address the notions: excluded from the interior (Bourdieu; Champagne, 2001), 21st century university and ecology of knowledge (Souza Santos, 2011), dialoguing with the effects of the massification of higher education, disguised as democratization. The answer to our research question is positive. However, bilingual universities are only built from a collective effort to use technologies under the banner of inclusion, from a multicultural point of view.

Keywords

Education of the deaf; Bilingual Universities; Education and Technology.

Received on: 09/26/2023
Approved on: 12/29/2023

Introdução

As tecnologias têm sido cada vez mais utilizadas no contexto educacional, favorecendo a oferta de um ensino mais dinâmico e interativo, a partir do uso de diferentes linguagens. A educação de surdos tem sido um tema presente em diversos nichos de discussão pública, sobretudo em razão das leis que reconhecem a Libras como a língua da comunidade surda e determinam o bilinguismo na Educação Básica e Superior. A Língua Brasileira de Sinais (Libras) é uma língua visual-espacial, reconhecida oficialmente como meio legal de comunicação e expressão no Brasil desde 2002 (Brasil, 2002). Em um cenário mais recente, por meio da Lei nº 14.191/2021, a educação bilíngue de surdos foi incluída na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 2021), determinando que a Libras circule nos espaços educacionais como a primeira língua da comunidade surda.

A educação bilíngue para surdos sinalizantes¹ busca promover a aquisição e o desenvolvimento da Libras como primeira língua, garantindo a fluência e a compreensão plena da comunicação. Além disso, é necessário oferecer o ensino da língua portuguesa como segunda língua, fomentando a participação ativa dos surdos na sociedade, o acesso a informações e o desenvolvimento de habilidades acadêmicas. Assim, esse modelo educacional é requerido inicialmente na infância, acompanhando a comunidade surda ao longo da vida, inclusive, no Ensino Superior (Brasil, 2021).

A articulação entre as novas tecnologias e a educação tem produzido diversos estudos, fomentando debates satisfatórios e capazes de contribuir de forma ativa para o avanço das metodologias educacionais. De acordo com Stumpf (2010) a tecnologia deriva de *téchné*, de origem grega que denota o ato ou efeito de saber fazer. Quando é alicerçado ao sufixo *logia*, que significa estudo, o termo tecnologia passa a representar um produto relacionado à metodologias e técnicas voltadas à construção de conhecimentos em diferentes áreas do conhecimento.

¹ Ao longo de todo o artigo, nos referimos aos surdos sinalizantes. Ou seja, aqueles indivíduos que se identificam cultural e identitariamente como surdos, comunicando-se a partir da Libras e interpretando o mundo pelo estímulo viso-espacial.

Após o retorno das atividades presenciais, cuja suspensão se deu com a pandemia de Covid-19, um fato inegável foi o aumento do uso das tecnologias, utilizadas como recursos educacionais (Alves; Gomes, 2020). Contudo, alguns grupos sociais minoritários permaneceram às margens do acesso pela via tecnológica, ensinando-nos muito sobre as necessidades desses grupos em momentos posteriores. Esse é o caso da comunidade surda que luta com a parca formação e indisponibilidade de professores, tradutores e intérpretes, limitações no cumprimento das políticas educacionais voltadas para esse grupo que geram o apagamento da Libras e manutenção da exclusão social.

Pensando nisso, este artigo tem como objetivo analisar as articulações possíveis entre as novas tecnologias, a educação de surdos e o ensino superior, nível de ensino ao qual a comunidade surda ainda enfrenta muitas dificuldades para ser devidamente inserida. Pautamo-nos nos estudos culturais relativos à comunidade surda e nos aportes desenvolvidos pelo pensamento bourdieusiano sobre os excluídos no interior, indicando as origens da histórica negação da educação ao povo surdo. De acordo com Bourdieu e Champagne (2001, p. 221):

[...] a instituição escolar tende a ser considerada cada vez mais, tanto pelas famílias quanto pelos próprios alunos, como um engodo, fonte de imensa decepção coletiva: essa espécie de terra prometida, semelhante ao horizonte, que recua na medida em que se avança na sua direção.

Diante do exposto questionamos: podemos construir universidades bilíngues a partir da articulação entre a educação de surdos e as tecnologias? Desenvolvemos nossa exposição a partir de uma pesquisa qualitativa embasada em autores que abordam a surdez a partir do ponto de vista cultural (Strobel, 2009; Stumpf, 2010; Costa; Santos, 2018; Cruz; Alves; Nunes, 2020; Alves; Gomes, 2020). Ressaltamos que a educação superior tem alcançado poucos surdos no atual cenário, demandando mudanças em sua estruturação, no que tange às políticas linguísticas e curriculares.

Nosso texto organiza-se da seguinte maneira: inicialmente discorreremos sobre algumas premissas que levam à exclusão da comunidade surda, a partir de sua história e dos pressupostos sociológicos de Bourdieu e Passeron (1992) e Bourdieu e Champagne (2001). Em um segundo momento, abordamos a importância da promoção de políticas de inclusão nas universidades, a partir

da utilização das novas tecnologias. Após, apresentamos algumas considerações sobre as universidades bilíngues no século XXI, temática articulada à educação bilíngue de surdos. Posteriormente, debatemos nossas considerações finais.

Povo surdo: os excluídos no interior

Bourdieu e Champagne (2001) em *A Miséria do Mundo* abordaram uma questão muito comum e que causa um extremo mal-estar nas escolas, partindo, de um lado, da precariedade delas, com o sucateamento da educação e sua massificação e, por outro, a oferta de uma educação elitizada, destinada a poucos. Esses meandros, claramente, ditam os destinos de uma sociedade dividida por classes sociais, embutidos nos discursos pela democratização da educação. Em tese, o acesso à educação não constitui, per se, a presença de uma educação de qualidade. Ao contrário, é preciso que haja uma distinção lógica e clara entre a ‘inclusão’ e a mera ‘inserção’.

O povo surdo é marcado historicamente pela exclusão. Já na Grécia Antiga, Aristóteles dizia que se as pessoas surdas não podiam falar, logo, elas não poderiam pensar. A falta da ‘razão’ tornaria as pessoas surdas incapazes de serem educadas. Os surdos eram considerados hereges e castigados pelos deuses, uma vez que a sociedade considerava que apenas aqueles que pudessem se expressar a partir das orações e demais ritos, seriam salvos. Mais adiante, a situação não se tornou melhor, já que na Idade Média, os surdos eram queimados nas fogueiras. Contudo, a partir do nascimento de surdos em famílias nobres, resultado dos diversos casamentos entre membros da mesma família, os monges beneditinos iniciaram sistemas comunicacionais que marcaram o início de sua educação (Strobel, 2009).

As línguas de sinais provêm das estratégias utilizadas por esses monges para a comunicação básica, sem ferir o voto de silêncio. Na Idade Moderna, sobretudo em razão da transmissão da herança e assunção aos tronos, os surdos passaram a receber uma forma de educação que lhes permitisse a perpetuação das dinastias (Strobel, 2009). A história da educação de surdos nos mostra como, desde seu cerne, ela apenas se desenvolveu para suprir necessidades específicas das camadas mais nobres da sociedade. No

cenário atual, vemos que a inclusão parte de um discurso embasado no amparo e na justiça social, mas questionamo-nos em qual medida ela estaria, realmente, galgada nas necessidades da comunidade surda e em diálogo com a língua, a cultura e a identidade desse povo.

Conforme apontamos na seção seguinte, a presença de surdos na Educação Superior é pífia e isso se deve ao descumprimento das políticas públicas capazes de assegurar a igualdade e a democratização, como a utilização da Libras de forma ampla. A Libras sofre um apagamento intencional que leva à dominação e perpetuação do poder e hegemonia do ouvintismo sobre a comunidade surda, com a negação das diferenças e a construção de estereótipos sobre as deficiências. Os grupos minoritários assim o são porque há uma luta de forças, a partir da (re)produção das desigualdades sociais em uma classificação que beira à utilidade versus inutilidade de determinados indivíduos. Para Bourdieu e Champagne (2001), um dos primeiros requisitos para a construção de novos aportes educacionais é a autoconscientização dos próprios mecanismos de exclusão, incrustados nas instituições como se fossem fatos sociais inegáveis.

A partir dessa noção, é possível pensar na construção de ambientes mais integrativos para as línguas minoritárias, destacando sempre que o que se conhece como inclusão, na maioria das vezes, aparece sobrepujado pela inserção. Aquilo que se coloca como regras tácitas do jogo, deve ser questionado pela comunidade surda, que, unida deve buscar por melhores condições, pautadas nas legislações já emanadas e que sustentam a educação de surdos no país. Essa incapacidade de jogar o jogo é definida por Bourdieu e Champagne (2001) a partir de um destino provável que teriam às pessoas de camadas minoritárias cujos limites estariam estabelecidos implicitamente.

O fracasso não seria fruto da falta ou descumprimento de políticas públicas e busca de soluções adequadas, mas sim, dos próprios grupos que partem de uma falsa inclusão:

Desta forma, a instituição escolar é vista cada vez mais, tanto pelas famílias como pelos próprios alunos, como um engodo e fonte de uma imensa decepção coletiva: uma espécie de terra prometida, sempre igual no horizonte, que recua à medida que nos aproximamos dela (Bourdieu; Champagne, 2001, p. 483).

A noção bourdieusiana (Bourdieu; Champagne, 2001) nos faz refletir que a exclusão da comunidade surda na educação básica e no ensino superior é fruto da marginalização e da exclusão desses indivíduos do processo educacional de forma sistemática. Essa exclusão pode ser compreendida à luz da noção de ‘interior’ em Bourdieu, que se refere às barreiras invisíveis que impedem determinados grupos sociais de alcançar o mesmo nível de sucesso e reconhecimento que outros. No caso da comunidade surda, essas barreiras são ainda mais evidentes, pois estão relacionadas à sua língua e cultura específicas (Bourdieu; Champagne, 2001).

Em *A Reprodução*, Bourdieu e Passeron (1992), também enfocam a forma como a escola acaba por reproduzir a desigualdade social, reforçando mecanismos de dominação. O fragmento a seguir reitera essa noção:

[...] a Escola pode melhor do que nunca e, em todo caso, pela única maneira concebível numa sociedade que proclama ideologias democráticas, contribuir para a reprodução da ordem estabelecida, já que ela consegue melhor do que nunca dissimular a função que desempenha. Longe de ser incompatível com a reprodução da estrutura das relações de classe, a mobilidade dos indivíduos pode concorrer para a conservação dessas relações, garantindo a estabilidade social pela seleção controlada de um número limitado de indivíduos, ademais modificados por e pela ascensão individual, e dando assim sua credibilidade à ideologia da mobilidade social que encontra sua forma realizada na ideologia escolar da Escola libertadora (Bourdieu; Passeron, 1992, p. 175-176).

De acordo com Franco (2009), na imposição do oralismo e ouvintismo à comunidade surda, sem o devido respeito à sua cultura e identidade, vários obstáculos vão se colocando presentes, corroborado pela exclusão, mesmo que esses indivíduos estejam no interior das instituições. Um dos principais obstáculos enfrentados pela comunidade surda é a falta de profissionais capacitados para lidar com suas necessidades educacionais. Muitas escolas não possuem intérpretes de Libras ou professores especializados em educação inclusiva, tampouco no Bilinguismo, o que dificulta o acesso dos surdos ao conteúdo curricular e, conseqüentemente, compromete seu desenvolvimento acadêmico.

Além disso, Franco (2009) explica que a ausência de políticas públicas efetivas e de recursos adequados também contribui para a exclusão dos surdos na educação básica e no ensino superior. A falta de estrutura física acessível,

materiais didáticos adequados e tecnologias assistivas prejudica a aprendizagem e a participação plena desses estudantes. Outro aspecto relevante é a falta de valorização da cultura surda e da língua de sinais no ambiente educacional. Muitas vezes, a língua de sinais é vista como inferior à língua oral, e isso se reflete na falta de investimento em pesquisas e produção de conhecimentos na área da surdez. Essa desvalorização acaba perpetuando estereótipos e preconceitos, dificultando ainda mais a inclusão dos surdos na sociedade.

Para reverter o cenário de exclusão, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que garantam a inclusão plena dos surdos na educação básica e no ensino superior. Isso inclui a contratação de profissionais capacitados, a disponibilização de recursos adequados e a valorização da cultura surda. Além disso, é necessário promover a conscientização e a sensibilização da sociedade em relação às questões da surdez, combatendo o preconceito e desconstruindo estereótipos. A inclusão dos surdos na educação não é apenas uma questão de direitos, mas também de justiça social e igualdade de oportunidades (Franco, 2009).

Seguimos para a próxima seção, na qual abordamos a relação entre as universidades, o bilinguismo de surdos e as novas tecnologias.

Universidades bilíngues a partir das novas tecnologias

O bilinguismo na educação de surdos apresenta os meandros estipulados pela Lei n. 14.191/2021 que indica a Libras como a primeira língua da comunidade surda e a língua portuguesa como segunda língua. A educação bilíngue deve ser promovida “[...] ao zero ano, na educação infantil, e se estenderá ao longo da vida” (Brasil, 2021). Ou seja, o bilinguismo não se fundamenta apenas na Educação Básica, mas deve adentrar também na Educação Superior. Apesar de ser recente a inclusão do bilinguismo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as políticas para a educação de surdos datam dos anos 2000, iniciando-se com o reconhecimento da Libras como a língua de expressão e comunicação da comunidade surda (Brasil, 2002).

Caberia, a partir das políticas emanadas desde o início dos anos 2000,

uma maior inserção de estudantes surdos no ensino superior, sobretudo no que tange ao ensino de Libras como primeira língua, formação de tradutores e intérpretes e ensino de Libras nos cursos de formação de professores. Contudo, o que vemos a partir do Censo da Educação Superior, com dados publicados em 2022, é que não chegam a 1% os surdos, indivíduos com baixa visão, ou com surdocegueira matriculados nos cursos de graduação do país (Brasil, 2022). Outro estudo divulgado pelo Instituto Locomotiva mostra que 32% dos surdos não têm nenhum grau de instrução, 46% têm o Ensino Fundamental, 15% concluíram o Ensino Médio e apenas 7% dos surdos brasileiros finalizaram a Educação Superior (Locomotiva, 2019).

Os dados apresentados acima nos fazem repercutir sobre as dificuldades na inclusão de estudantes surdos no ensino superior. A partir de nossos questionamentos, iniciamos abordando a presença da tecnologia nesses espaços. A tecnologia encontra-se presente em todas as áreas da atuação humana. Geralmente relacionada à autonomia, a utilização das tecnologias permitem o desenvolvimento pessoal e sociocultural dos indivíduos. Em relação à educação inclusiva, as tecnologias também possibilitam impactos importantes, uma vez que podem propiciar um ensino mais interativo, criativo e dinâmico. Assim, a utilização das tecnologias na educação de surdos deve levar em consideração a oportunidade de oferecimento de garantias reais para propiciar uma educação digna e de qualidade.

Neste artigo tratamos com mais ênfase das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), considerando que há uma vasta gama de tecnologias que podem ser associadas à educação. Cruz, Alves e Nunes (2020) indicam alguns importantes aportes utilizados a partir das tecnologias na educação de surdos. O primeiro deles são os dicionários em Libras. Os dicionários ou glossários propiciam a expansão das línguas de sinais e podem atuar positivamente na formação de tradutores e intérpretes de Libras a partir da explicação de termos usados na língua portuguesa para o vocabulário em Libras. Esses elementos facilitam a ampliação dos conhecimentos científicos, disponibilizados online e apresentando os termos traduzidos ou interpretados em Libras.

Dentre as tecnologias que propiciam a tradução e interpretação de termos em Libras destaca-se o wikiLibras e o Hand Talk. Ressaltamos a presença de recursos que se desenvolvem online, no navegador dos usuários e em formato de aplicativos que podem ser utilizados nos smartphones dos usuários, facilitando sua utilização e praticidade. Para Cruz, Alves e Nunes (2020, p. 158):

As TICs entram como parte prática que buscam assegurar os recursos para que alunos surdos e ouvintes possam cada vez mais, ser ativo na construção de sua aprendizagem, para os surdos as TICs são mais que uma opção de comunicação e sim uma ferramenta de aprendizagem em língua de sinais, possibilitando a oportunidade de deixar o português como segunda língua. Quando se oferecem essa oportunidade a pessoa surda contribui para sua interação efetiva na sociedade.

As revistas científicas em Libras também correspondem um avanço na disseminação do conhecimento científico para a comunidade surda. Cruz, Alves e Nunes (2020) listam a Player Rybená, mas também destacamos a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras, cujas publicações encontram-se todas em formato de vídeo em Libras. Há também produções de trabalhos de conclusão de curso ou publicações mais voltadas à educação de surdos, que determinam o envio dos resumos dos textos em Libras. Mesmo que o restante seja em língua portuguesa, o adentramento de vídeos em Libras para os resumos já constitui um avanço importante para a disseminação dos conhecimentos nesta língua à comunidade surda.

Apesar de sua importância no desenvolvimento das relações sociais, a pesquisa de Costa e Santos (2018) destaca que há poucos trabalhos que realmente mostram resultados importantes no diálogo entre a tecnologia e a educação de surdos. É importante mostrar que além das poucas ações nessa direção, os baixos conhecimentos de professores sobre a Libras, a educação de surdos e a utilização das novas tecnologias, torna ainda mais precária essa situação. Além disso, não basta que a tecnologia seja aplicada à educação de surdos. Cabe ainda a articulação desta com a identidade e a cultura surda, para que o devido respeito a essa comunidade seja prestado. Em geral, a Libras tem sido incluída a partir da adaptação de recursos e materiais, algo que não é indicado, já que a própria língua se apresenta como um recurso de

acessibilidade.

Como afirma Stumpf (2010) não basta à presença das novas tecnologias para que sua utilização seja efetiva e contribua com o processo educacional. É preciso que as instituições saibam desenvolver as potencialidades de seus educandos na mediação em trabalhos colaborativos. Para tanto, cabe compreender que as estratégias utilizadas na mediação dos conhecimentos entre surdos e ouvintes se diferem. A utilização de imagens, uma vez que a comunidade surda se orienta pelo canal viso-espacial, é de suma importância para a busca dessa articulação. Além disso, a construção de interfaces padadas no uso da Libras, que se destaquem a partir de ícones, animações e filmes, bem como, as mensagens gráficas, podem auxiliar no desenvolvimento de estratégias articuladas à tecnologia (Stumpf, 2010).

A validação de materiais e softwares pela comunidade surda favorece sua devida utilização e indicação. Em geral, fruto das próprias necessidades e inconsistências na construção de materiais e recursos já disponíveis, essa produção acaba ficando a cargo dos próprios membros da comunidade surda, maiores interessados em sua inclusão e destituídos de apoio em outras instâncias. Ao contrário disto, os materiais construídos com foco na educação de surdos devem ser devidamente problematizados junto a essa comunidade, tornando-se, caso suas contribuições sejam devidamente comprovadas, referência para o ensino bilíngue.

As universidades bilíngues, voltadas à educação de surdos, devem ser entendidas como uma importante luta pela inclusão e acessibilidade. O debate ainda encontra-se muito incipiente e, cabe a nós, pesquisadores da área da surdez, encaminhar esses debates. Compreender a importância da Libras como o primeiro idioma da comunidade surda é fundamental para garantir uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades para esses indivíduos. A seção a seguir apresenta uma articulação entre as universidades bilíngues e a educação de surdos no século XXI.

Universidades bilíngues e a educação de surdos no século XXI

Com o intuito de verificar a disponibilidade de pesquisas voltadas ao nosso tema, com a intenção de articular a Educação Bilíngue de surdos ao

Ensino Superior, buscamos em plataformas de socialização científica pelos seguintes termos: ‘universidades bilíngues’, ‘universidades bilíngues e educação de surdos’, ‘universidades bilíngues e surdez’, ‘universidades bilíngues e Libras’. Buscamos por termos que articulassem as universidades bilíngues à surdez, uma vez que o bilinguismo é comumente associado à utilização de línguas estrangeiras como o inglês e o espanhol, por exemplo, ao que destoa a noção de bilinguismo como algo elitizado (Megale, 2018).

Aqui, entendemos o bilinguismo, a partir da pluralidade linguística, inclusive de línguas que não são consideradas de prestígio, como é o caso da Libras, dada sua subordinação às línguas orais ao redor do mundo na história da comunidade surda (Strobel, 2009). Não foram encontrados resultados válidos nas plataformas Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Brazil Scientific Electronic Library Online (SciELO) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) Periódicos.

Certos da importância da construção de espaços nos quais a pluralidade linguística possa se manifestar, sobretudo, a partir das noções de democratização da educação superior e ecologia de saberes, interessamo-nos, especificamente, pela noção de educação bilíngue, sobretudo, pensando na obra de Boaventura de Souza Santos: A universidade do Século XXI - para uma reforma democrática e emancipatória da universidade, para defender as necessárias mudanças na educação superior, voltadas ao reconhecimento dos saberes plurais dos diferentes indivíduos que constituem nossa sociedade.

Souza Santos (2011) propõe uma análise crítica do atual modelo de ensino superior e apresenta alternativas para uma transformação profunda e necessária. Para o autor, a universidade precisa se reinventar para atender às demandas da sociedade contemporânea. Ele defende que a instituição deve ser um espaço de conhecimento plural, inclusivo e participativo, onde diferentes saberes e perspectivas possam coexistir e contribuir para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

Uma das principais críticas de Souza Santos (2011) diz respeito à elitização do ensino superior. Ele aponta que, apesar dos avanços na democratização do acesso à universidade, ainda persistem barreiras sociais, econômicas e culturais que excluem grande parte da população do ensino

superior. Para ele, é fundamental promover políticas de inclusão e combater as desigualdades que permeiam o sistema educacional.

É possível perceber que, assim como Bourdieu e Champagne (2001), Souza Santos (2011, p. 67) explica que há no ensino superior - e também na educação básica - uma massificação da educação, travestida de democratização. Assim, mesmo que os indivíduos alcancem a universidade e, em consequência, os diplomas, os mesmos terão desvantagens nos mercados simbólicos profissionais:

Na área do acesso, a maior frustração da última década foi que o objetivo de democratização do acesso não foi conseguido. Na maioria dos países os fatores de discriminação, sejam eles a classe, a raça, sexo ou etnia, continuaram a fazer do acesso uma mistura de mérito e privilégio. Em vez de democratização, houve massificação e depois, já no período da alegada pós-massificação, uma forte segmentação do ensino superior com práticas de autêntico dumping social de diplomas e diplomados, sem que nenhuma medida anti-dumping eficazes tenham sido tomadas.

Outro destaque é a importância de uma formação acadêmica que vá além do mero acúmulo de conhecimento técnico. Parte-se da necessidade de uma educação que promova a formação integral dos estudantes, estimulando o pensamento crítico, a criatividade e a capacidade de resolução de problemas. Souza Santos (2011) também chama a atenção para a necessidade de valorizar e reconhecer os diferentes saberes e práticas que existem fora do ambiente acadêmico. Ele propõe maior interação entre a universidade e a comunidade, buscando uma troca de conhecimentos e experiências que beneficie a todos.

Souza Santos (2011) também destaca a interdisciplinaridade no ensino superior. Ele argumenta que as fronteiras entre as diferentes áreas do conhecimento devem ser mais permeáveis, permitindo a integração de diferentes perspectivas e abordagens. Essa interação entre as disciplinas contribui para a formação de profissionais mais preparados para enfrentar os desafios complexos da sociedade contemporânea. A interdisciplinaridade no ensino superior também promove uma aprendizagem mais significativa e contextualizada. Os estudantes são estimulados a pensar de forma crítica e criativa, buscando soluções inovadoras para os problemas que enfrentam, favorecendo a transformação de suas realidades.

Trazemos à baila a noção de universidades bilíngues, remetendo-nos à educação bilíngue determinada, em um cenário mais recente, pela Lei nº 14.191/2021. Essa noção nos ajuda a ressaltar a busca pela construção de ambientes nos quais os surdos têm a oportunidade de vivenciar a inclusão, onde a comunicação é facilitada e valorizada. Professores e intérpretes capacitados com a formação necessária para (re)conhecer que os surdos trazem peculiaridades, como a cultura surda, a construção de conhecimentos por meio da visão e a própria Libras, são essenciais para garantir a troca plural, de forma eficiente e acessível. Além disso, é importante que os currículos sejam devidamente construídos, em articulação às necessidades dos estudantes surdos, garantindo que eles tenham acesso a materiais didáticos e recursos tecnológicos adequados (Brasil, 2021).

Franco (2009) explica a necessidade da construção de um verdadeiro projeto que estabeleça diretrizes válidas para a adoção do ensino bilíngue nas instituições de educação básica e superior:

Um curso não pode se considerar bilíngue tendo a L1 utilizada de forma precária por ouvintes. E essa precariedade não se resolve apenas por meio de intérpretes, mesmo que estes tenham formação adequada. Além da efetiva utilização da L1 como língua de instrução, um curso bilíngue dessa natureza não pode prescindir de pensar estratégias teórico-práticas, que identifiquem processos específicos da educação de surdos, ainda que no âmbito superior. Esse aspecto remete ao segundo aspecto importante a ser considerado. O projeto político pedagógico desenvolvido por uma pequena equipe para consolidar a autorização de funcionamento do curso precisa ser praticado, criticado e elogiado. Os envolvidos nesse processo – surdos, ouvintes, professores, coordenadores – precisam estabelecer um diálogo acadêmico que promova diretrizes propositivas com vistas à atualização constante do currículo (Franco, 2009, p. 27).

Conforme vemos no fragmento acima, a educação em universidades bilíngues para surdos vai além do ensino em si. Ela proporciona um ambiente de convívio e troca de experiências entre os surdos, onde podem compartilhar suas vivências e fortalecer sua identidade como parte da comunidade surda. Isso contribui para o desenvolvimento pessoal e social dos surdos, além de promover a valorização da cultura surda e o respeito à diversidade (Franco, 2009).

A noção de ecologia de saberes de Souza Santos (2011) favorece uma compreensão mais ampla sobre a forma como a democratização da educação

superior pode se dar, a partir do bilinguismo nas universidades. Essa noção reconhece a existência de conhecimentos produzidos por diferentes grupos sociais, como povos indígenas, comunidades tradicionais, mulheres, movimentos sociais, entre outros. Esses conhecimentos são fruto de experiências e saberes acumulados ao longo do tempo, fundamentais para a compreensão e transformação da realidade.

Ao considerar a diversidade, a ecologia de saberes propõe que esses conhecimentos devem ser valorizados e respeitados, contribuindo para uma maior justiça cognitiva. Isso implica em reconhecer que o conhecimento científico não é o único válido e legítimo, e que diferentes formas de conhecimento podem coexistir e dialogar entre si. Assim como o reconhecimento de diferentes grupos sociais, a comunidade surda apresenta uma ampla riqueza linguística e cultural, favorecendo essa busca pela pluralidade que Souza Santos (2011) defende.

A ecologia de saberes também busca romper com a dicotomia entre o conhecimento local e o global, propondo uma interação entre diferentes escalas de conhecimento. Nesse sentido, é preciso promover uma abertura para o diálogo entre saberes tradicionais e conhecimentos científicos, de forma a construir uma compreensão mais ampla e complexa da realidade:

A ecologia de saberes são conjuntos de práticas que promovem uma nova convivência ativa de saberes no pressuposto que todos eles, incluindo o saber científico, se podem enriquecer nesse diálogo. Implica uma vasta gama de ações de valorização, tanto do conhecimento científico, como de outros conhecimentos práticos, considerados úteis, cuja partilha por pesquisadores, estudantes e grupos de cidadãos serve de base à criação de comunidades epistêmicas mais amplas que convertem a universidade num espaço público de interconhecimento onde os cidadãos e os grupos sociais podem intervir sem ser exclusivamente na posição de aprendizes (Souza Santos, 2011, p. 77).

Além disso, a ecologia de saberes também enfatiza a importância da participação e inclusão de diferentes atores sociais na produção e validação do conhecimento. Isso implica em reconhecer que o conhecimento não é neutro, mas sim influenciado por interesses, poderes e hierarquias. Portanto, é necessário promover uma democratização do conhecimento, permitindo que diferentes vozes sejam ouvidas e valorizadas (Souza Santos, 2011).

A guisa de conclusão, as universidades bilíngues para a educação de

surdos são fundamentais para garantir a inclusão e a igualdade de oportunidades no ensino superior. Reconhecendo a Libras como primeira língua da comunidade surda brasileira, essas instituições proporcionam um ambiente propício para o aprendizado e o desenvolvimento dos surdos, promovendo a sua participação plena na sociedade. É necessário que o Estado e a sociedade invistam cada vez mais nesse modelo de educação, assegurando que todos tenham acesso a uma formação acadêmica de qualidade, independentemente de suas habilidades linguísticas.

Considerações Finais

A exclusão no interior das universidades, conforme mostramos neste artigo, está presente na Educação Básica e Superior. Menos de 1% dos surdos encontra-se com matrículas ativas nas universidades e esse fator tem ligação direta com a precarização da Educação Básica para esse grupo social. A partir dos conteúdos levantados, entendemos que uma universidade bilíngue é aquela na qual se desenvolve a inclusão a partir do respeito às múltiplas culturas e identidades que a permeiam. Retomando ao nosso questionamento inicial: podemos construir universidades bilíngues a partir da articulação entre a educação de surdos e as tecnologias? Indicamos que apenas é possível a construção de universidades bilíngues se esse respeito for, de fato, promovido.

A tecnologia não se desenvolve de forma isolada. Para tal, cabe a adoção de diferentes estratégias pautadas na mediação consciente dos educadores, com interações promovidas em Libras, assim como, o desenvolvimento de pesquisas e demais atividades relacionadas ao ensino universitário. O ensino como um todo deve cumprir as leis que alcançam a comunidade surda, entendendo que seu sistema comunicacional difere daquele utilizado pelos ouvintes. A partir dessa percepção negar-se à utilização da Libras como L1 desses indivíduos é negar-lhes sua essencial, cultura, identidade e língua, aspectos indispensáveis à pluralidade de ideias e democratização do ensino.

A universidade do século XXI, abordada por Sousa Santos (2011), deve ser uma instituição aberta, inclusiva e comprometida com a transformação social. Ela deve estar atenta às desigualdades, promover a diversidade de

saberes, estimular a participação e a interdisciplinaridade, e buscar soluções para os problemas enfrentados pela sociedade. A reforma democrática e emancipatória da universidade é um desafio que precisa ser enfrentado para garantir uma educação de qualidade e um futuro mais justo para todos. Nesse sentido, a ecologia de saberes propõe uma nova forma de conceber e praticar o conhecimento, que seja mais inclusiva, plural e contextualizada. Isso implica em reconhecer que não existe um conhecimento único e absoluto, mas sim uma diversidade de saberes que podem contribuir para uma melhor compreensão e transformação da realidade.

Novas investigações podem indicar com maior ênfase e na prática, a adoção das tecnologias na trajetória de surdos matriculados no Ensino Superior, enfocando o aumento na representatividade destes nos diferentes espaços educacionais. Destacamos o desenvolvimento dos glossários de sinais- termos em Libras desenvolvidos junto às universidades. As pesquisas que apresentam essa finalidade estão contribuindo para a expansão linguística da Libras e melhora da formação de tradutores, intérpretes e professores de surdos. A relevância do estudo trazido pelo artigo vai além do ambiente acadêmico.

A discussão impacta políticas públicas, diretrizes curriculares e a forma como a sociedade encara a diversidade linguística e cultural. Ao entender e valorizar a educação de surdos na educação superior, o bilinguismo e o papel da tecnologia, construímos uma base para uma sociedade mais inclusiva e equitativa. O papel da tecnologia é igualmente crucial nesse contexto. Ela não apenas facilita o acesso a informações, mas também oferece ferramentas que podem ser adequadas para atender às necessidades específicas dos estudantes surdos. Assim, a tecnologia desempenha um papel significativo na quebra de barreiras e na promoção de uma experiência educacional mais inclusiva.

Referências

ALVES, J.F.; GOMES, J.S. Educação de pessoas surdas em tempos de pandemia: linguagem e relações de poder. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**. Rio de Janeiro, 6 (especial), p. 325 – 338. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/51903>. Acesso em: 17 jun. 2023.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BOURDIEU, P.; CHAMPAGNE, P. Os excluídos do interior. In.: BOURDIEU, P. (coord.). A miséria do mundo. Trad. M. S. S. Azevedo et al. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 481-486, 2001.

BRASIL. Lei n. 10.436 de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Lei n. 14.191 de 3 de agosto de 2021. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm#art2. Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Censo da Educação Superior 2021. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf. Acesso em: 17 jun. 2023.

COSTA, L; da; SANTOS, L. F. dos. Adaptação de materiais/recursos na educação de surdos: uma revisão bibliográfica. *Comunicações Piracicaba* v. 25 n. 3 p. 293-320. 2018. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/3769/2247>. Acesso em: 17 jun. 2023.

CRUZ, M. V. da; ALVES, M. D. S.; NUNES, E. P. Tecnologia na educação de surdos: um avanço no processo de ensino aprendizagem. *Revista Humanas et al. Paço do Lumiar, MA: IESF*, v. 9, n. 14, p. 146-161. 2020. Disponível em: <https://iesfma.com.br/wp-content/uploads/2023/05/REVISTA-IESF-14a-Edicao.pdf#page=147>. Acesso em: 17 jun. 2023.

FRANCO, M. Educação superior bilíngue para surdos: o sentido da política inclusiva como espaço da liberdade: primeiras aproximações. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v.15, n.1, p.15-30. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/qGrpFd8sNHTvRKm6YNPPxjb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 26 set. 2023.

LOCOMOTIVA PESQUISA & ESTRATÉGIA. Raio X da surdez no Brasil: prévia da pesquisa. 2019.

MEGALE, A. H. Educação bilíngue de línguas de prestígio no Brasil: uma análise dos documentos oficiais. *The ESpecialist*, [S. l.], v. 39, n. 2, 2018. DOI: 10.23925/2318-7115.2018v39i2a4. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/esp/article/view/38653>. Acesso em: 21 sep. 2023.

SOUSA SANTOS, B. A universidade do século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2011 (Coleção questões da nossa época).

STROBEL, K. História da educação de surdos. Universidade Federal de Santa Catarina, Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis. 2009.

STUMPF, M. R. Educação de surdos e novas tecnologias. Universidade Federal de Santa Catarina, Licenciatura e Bacharelado em Letras-Libras na Modalidade a Distância. Florianópolis. 2010.